



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

**PROJETO DE LEI Nº 256/2021**

PROPONENTE: DEPUTADOR ROBERTO CIDADE

RELATOR: DEPUTADO WILKER BARRETO

**DISPÕE** sobre a vedação da exigência de experiência prévia na seleção e/ou contratação de Candidatos (as) às vagas de estágios, no âmbito do Estado do Amazonas.

**PARECER**

**I - RELATÓRIO**

No dia 13 de maio de 2021, o Excelentíssimo Deputado Roberto Cidade apresentou Projeto de Lei Ordinária de n.º 256/2021, que dispõe sobre a vedação da exigência de experiência prévia na seleção e/ou contratação de candidatos (as) às vagas de estágios, no âmbito do Estado do Amazonas.

A Justificativa do projeto encontra-se em anexo.

O presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias, tendo permanecido em pauta, não tendo recebido quaisquer emendas.

Ato contínuo, vieram-me os autos para emissão de parecer, nos termos do art. 26, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É o breve relatório. Passo a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A proposta do eminente Deputado Roberto Cidade tem por objetivo extinguir a exigência de experiência para seleção e/ou contratação de estagiários, assevera que exigência de experiência para ser contratado como estagiário, mostra-se abusiva e infundada, mormente porque o estágio é a oportunidade de aprender, sendo incompatível com o objetivo dele a exigência de experiência, este requisito acaba por causar dificuldades ao pretendo estagiário de se alocar e iniciar sua carreira junto ao mercado e trabalho.

Consoante Justificação em anexo, o Autor ressalta que o estágio é uma etapa fundamental no desenvolvimento a aprendizagem do aluno, é o primeiro contato com as funções da profissão escolhida. Além de agregar experiência, o que é importante para quem vai concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, permite aos alunos a vivência na prática do que é aprendido em sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 01/07/2021 17:08:31

PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 16/08/2021 11:10:09

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - EM 16/08/2021 21:29:48

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 3E273B0E0006D545 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

Primeiramente, é oportuno salientar que compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação o exame do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e da técnica legislativa de proposições que lhe sejam encaminhadas, nos termos do art. 27, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa.

Nessa senda, impende destacara garantia dos direitos fundamentais, sendo o direito a educação, conforme disposto na carta magna, competindo dever do Estado garantir como se observa mediante leitura no art. 205 da CF/88:

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Em que pese salientar o estágio vem ser a continuidade desse direito fundamental, visto que seria a continuidade da educação, conforme disposto no artigo 1º, §1º e §2º da Lei Federal nº 11.788/2008:

*Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.*

*§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.*

*§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.*

Assim, no que tange à constitucionalidade e juridicidade, verifica-se que o tema tratado no Projeto de Lei em análise situa-se no âmbito da competência legislativa comum, estabelecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do art. 24, inciso IX e parágrafos 2º e 3º, da Constituição Federal de 1988 e do art. 18, inciso IX, da Constituição Amazonense.

Ademais, salienta-se que, nestes casos, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais, fato este que não exclui a competência suplementar dos Estados para legislar sobre a matéria, conforme parágrafos primeiro e segundo da norma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 01/07/2021 17:08:31

PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 16/08/2021 11:10:09

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - EM 16/08/2021 21:29:48

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 3E273B0E0006D545 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

constitucional supramencionada, não havendo, portanto, impedimentos de ordem constitucional para edição de lei estadual sobre a proposição em tela.

Com relação à competência para a iniciativa do processo legislativo, também não se vislumbrou óbices para a deflagração do presente projeto por membro desta Casa Legislativa, nos termos do art. 33 da Constituição do Estado e do art. 87, inciso I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, considerando que a presente proposição tramita em conformidade com a legislação que deve ser observada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 256/2021.

É o parecer.

Manaus, 01 de julho de 2021.

**DEPUTADO WILKER BARRETO**  
**Relator**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 01/07/2021 17:08:31

PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 16/08/2021 11:10:09

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - EM 16/08/2021 21:29:48

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 3E273B0E0006D545 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>

